



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 2.591-A, DE 2023

(Da Sra. Maria do Rosário)

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício; tendo parecer da Comissão de Administração e Serviço Público, pela aprovação deste e da Emenda nº 2/23, apresentada na Comissão, com substitutivo; e pela rejeição das Emendas de nºs 1/23 e 3/23, apresentadas na Comissão, e do PL nº 5.858/23, apensado (relator: DEP. REIMONT).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO;
FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD) E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIACÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 5858/23

III - Na Comissão de Administração e Serviço Público:

- Emendas apresentadas (3)
- Parecer do relator
- 1º Substitutivo oferecido pelo relator
- Complementação de voto
- 2º Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023
(Da Sra. Maria do Rosário)

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que "Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências" para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei nº 14.509 de 27 de dezembro de 2022, passam a vigorar com a seguinte redação:

.....
.....
Parágrafo único. O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal, observando-se que 5%, no mínimo, serão reservados, facultativamente, para:

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito;

II - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa tem como escopo a alteração da redação do parágrafo único e seus incisos I e II, do art. 2º da Lei nº 14.509 de 2022, em razão do fato de que a margem exclusiva de 5% para cartão consignado de benefício ocasionará o maior endividamento do servidor público, bem como da amortização do cartão de crédito. A título de exemplo, as taxas de juros do cartão de benefício (atualmente em torno de 5,9%) são muito maiores que o do empréstimo consignado (em torno de 1,6%). É justamente isso que o projeto se propõe a corrigir.

Note-se que o inciso II do parágrafo único do Art. 2º da referida Lei, chegou a ser vetado pela Presidência da República, porém o veto foi derrubado pelo Congresso Nacional. A derrubada do veto decorreu justamente da preocupação do Poder Legislativo em se comprometer contra o superendividamento da população, a partir da categoria do funcionalismo federal. É importante ressaltar que a presente iniciativa legislativa propõe facultar ao servidor como ele deseja utilizar o pagamento dos seus empréstimos, não mais reservando 5% para cada modalidade de pagamento de cartão como acontece na atualidade. Ao contrário, confiando no uso racional que faz de sua remuneração pelo servidor, a iniciativa o reconhece como capaz de decidir qual é o melhor uso do empréstimo consignado para si.

Na prática, a presente legislação permite a livre disposição de 35% da remuneração para fins de pagamento de empréstimo de consignado, acrescentando-se mais 5% de margem consignável para a amortização de dívidas de cartão de crédito e mais 5% para a amortização do cartão de benefício. Esse acréscimo se tornou, na prática, um teto. Em nosso entendimento, o mais justo é garantir que

* C D 2 3 9 2 0 1 0 0 6 5 0 0 *



estes 5% seja considerado o mínimo pela legislação. Dessa maneira, o servidor poderá escolher, de acordo com seu juízo, qual é o melhor destino do desconto em sua remuneração para o pagamento de empréstimo consignado. Acredita-se que ao ampliar-se a possibilidade de pagamento para os cartões que ora se estipula, permite-se maior segurança ao mercado financeiro para o recebimento do que lhe é devido, com consequente estímulo para a queda de juros no varejo.

Portanto, há a necessidade de tornar a margem excedente de 5% facultativa, de forma que o servidor possa usá-la para o pagamento de empréstimo consignado relativo a dívidas de cartão consignado de benefício ou cartão de crédito,

Certa do compromisso dos nobres colegas com os servidores públicos, clamo pela aprovação da presente matéria.

Sala das Sessões, em de de 2023.

MARIA DO ROSÁRIO
Deputada Federal (PT/RS)



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI

Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 14.509, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2022 Art. 2º	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-1227;14509
LEI Nº 14.431, DE 03 DE AGOSTO DE 2022	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-0803;14431
LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-1211;8112

PROJETO DE LEI N.º 5.858, DE 2023

(Do Sr. Gilvan Maximo)

Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para limitar a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal o valor a ser descontado em folha dos servidores públicos federais, nos empréstimos consignados.

DESPACHO:
APENSE-SE À(AO) PL-2591/2023.

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. GILVAN MAXIMO)

Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para limitar a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal o valor a ser descontado em folha dos servidores públicos federais, nos empréstimos consignados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para limitar a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal o valor a ser descontado em folha dos servidores públicos federais, nos empréstimos consignados.

Art. 2º A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

Parágrafo único. O total de consignações facultativas de que trata o *caput* deste artigo não excederá a 30% (trinta por cento) da remuneração mensal, observado que:

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O endividamento da população brasileira é uma questão recente na realidade do país, tendo adquirido destaque especialmente a partir da política de estabilização econômica decorrente do Plano Real.

Acostumados (na década de 1980) a ter de “correr” até os supermercados tão logo recebiam seus rendimentos, a fim de diminuir os efeitos corrosivos decorrentes da inflação, os brasileiros passaram a adquirir novos hábitos em uma economia com maior grau de previsibilidade¹.

Esse ambiente de estabilização econômica, associado a um ciclo virtuoso de aquecimento econômico vivenciado especialmente a partir do início dos anos 2000, possibilitou o aumento do acesso a bens de consumo e crédito.

Nesse contexto, a falta de planejamento financeiro emergiu como um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias brasileiras.

Uma parcela mais específica dessa população, os servidores públicos, encontra-se em grau ainda mais elevado de exposição ao endividamento excessivo e consequente descontrole de sua vida financeira, uma vez que possuem renda média superior à dos trabalhadores da iniciativa privada e dispõem de condições facilitadas de acesso a crédito, por meio de desconto em folha de pagamento (empréstimo consignado).

A Lei nº 8.112/1990 trouxe mais dinamismo à implementação do empréstimo consignado para o servidor público ao possibilitar, mediante autorização, a incidência de descontos facultativos diretamente em seu contracheque.

Já a Lei nº 13.172/2015 ampliou o limite de desconto automático em folha nessa modalidade (a chamada “margem consignável”), de 30% para 35% da remuneração bruta. De acordo com essa Lei, o percentual

¹ https://www.ipea.gov.br/sites/images/mestrado/turma4/DANIEL_DIAS_LOUREIRO.pdf. Acesso em 5/12/2023.



adicional de 5% deve ser destinado a saques e amortizações de despesas de cartão de crédito.

Em março de 2021, durante o cenário de incerteza decorrente da pandemia causada pela COVID-19 e de seus graves efeitos nas finanças familiares, foi publicada no Diário Oficial da União a Lei nº 14.131, que ampliou a margem consignável para 40%, até o prazo de 31 de dezembro de 2021, mantendo o mesmo percentual de 5% para saques e amortizações.

Mais recentemente, a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, ampliou ainda mais a margem, para 45%, sendo 5% reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão de crédito, e 5% reservados exclusivamente para a amortização de despesas contraídas por meio de cartão consignado de benefício ou para a utilização com a finalidade de saque por meio de cartão consignado de benefício.

Essas medidas têm gerado preocupação em parcela das autoridades públicas, em decorrência da possibilidade de superendividamento².

A princípio, pode parecer uma boa alternativa possibilitar o aumento do acesso a uma modalidade de crédito cujas taxas de juros são consideravelmente menores, especialmente nos casos em que o servidor possui seu limite totalmente comprometido, possibilitando assim a substituição de uma dívida com cartão de crédito pelo crédito consignado. Especialistas em finanças pessoais recomendam a troca de dívidas mais caras por dívidas mais baratas.

Todavia, quando o aumento da margem consignável não vem acompanhado de mudanças de mentalidade e atitude, o resultado costuma ser o agravamento da condição de endividamento.

Assim, para preservar o poder de compra e a solvência dos servidores públicos federais é que estamos apresentando o projeto de lei acima minutado, que reduz a margem consignável total a 30% (trinta por cento) da remuneração bruta mensal do servidor.

2 “Entende-se por **superendividamento** a impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação” (art. 54-A, §1º, do CDC).



Contamos com o apoio dos nobres Pares, para que a proposição seja debatida e aprovada pelo Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado GILVAN MAXIMO

2023-20103





CÂMARA DOS DEPUTADOS
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

**LEI Nº 14.509, DE 27 DE
DEZEMBRO DE 2022**

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022-1227:14509>

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.591 DE 2023

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei nº 2.591 de 2023:

“Art. 2º. Cada correspondente no País deve ser exclusivo de uma única instituição financeira, possuir certificação profissional emitida por entidade habilitada pelo Banco Central do Brasil, e, não poderá oferecer serviços de mais de uma instituição financeira.

Parágrafo único. Os contratantes são responsáveis subsidiários para reparação ao consumidor de danos decorrentes da conduta abusiva de correspondentes no País.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

O Banco Central define correspondente bancário como empresa contratada por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições.



O correspondente bancário pode atender os clientes em nome de um banco, oferecendo alguns serviços bancários específicos e ganhando comissões por isso.

Diante do cenário de concorrência entre instituições financeiras, não é saudável para este mercado que o correspondente bancário atue para mais de uma instituição financeira.

Por este motivo, a emenda proposta visa uma cláusula de exclusividade entre o banco e a empresa que deseja atuar como correspondente bancário.

É preciso que os bancos tenham mais seletividade na contratação de correspondentes e que se responsabilizem por contratar correspondentes certificados e capacitados a prestar adequado atendimento.

É preciso combater condutas perniciosas dos chamados pastinhas e a cegueira deliberada de alguns bancos com práticas abusivas de seus correspondentes.

Sala da Comissão, de agosto de 2023.

Deputado JONAS DONIZETTE



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.591 DE 2023

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

EMENDA MODIFICATIVA

Suprima-se os incisos I e II do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 14.509 de 27 de dezembro de 2022, e confira-se a seguinte redação ao referido dispositivo:

Art. 2º

Parágrafo único. O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal, podendo o servidor a seu critério, utilizar.

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada permite que o consumidor tenha o direito de escolher a modalidade que melhor se adequar a utilização de sua margem de crédito consignado.

A legislação atual estabelece que 10% da margem fique atrelada ao cartão de crédito consignado. Porém, é sabido por todos a alta taxa de juros cobrada por operações nesta modalidade. Neste caso, os únicos a ganhar serão os bancos.

Embora nobre a intenção do legislador de reduzir para 5% a margem para amortizações contraídas com cartão de crédito e cartão consignado, entendemos que ainda assim não será justo com o



consumidor brasileiro, uma vez que ele será obrigado a escolher opções mais caras, por uma segregação disposta em Lei.

Sala da Comissão, de de 2023.

Datado e assinado eletronicamente

Deputado Federal **VINICIUS CARVALHO**
Republicanos/SP



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.591 DE 2023

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

EMENDA ADITIVA

Inclua-se o seguinte artigo no Projeto de Lei 2.591 de 2023:

“Art. 1º. Na abertura de contas por meio de celulares, nas contratações de operações de crédito e durante o uso do aplicativo para realização de transações financeiras, fica facultada a utilização da geolocalização do cliente, por parte dos bancos e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A utilização da geolocalização já é um aliado em caso de uso de Pix, em situações de sequestros. Atualmente a Febraban discute esse assunto com autoridades do setor de segurança e com o Ministério Público.

A emenda ora apresentada permite que a instituição financeira utilize a localização do cliente no momento em que este estiver contratando uma operação de crédito ou usando serviço bancário. Se a localização não corresponder com a região do cliente, o banco poderá rejeitar a operação ou tentar acionar o cliente para confirmação de sua identidade, visto o elevado risco de se tratar de uma tentativa de golpe.



Esta ação poderá reduzir o número de fraudes bancárias, aumentar a confiança dos brasileiros com a utilização os aplicativos dos bancos, reduzir os trâmites burocráticos e demorados nas idas presenciais às agências bancárias e desestimular quadrilhas especializadas em aplicação de golpes contra o consumidor.

Sala da Comissão, 31 de agosto de 2023.

Roberto Monteiro

Deputado Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS
ESTACOMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023

Apensado: PL nº 5.858/2023

Altera o parágrafo único e seus incisos do Art. 2º da Lei 14.509, de 27 de dezembro de 2022, que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências”, para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

Autora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

Relator: Deputado REIMONT

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei (PL) nº 2.591/2023**, de autoria da Deputada Maria do Rosário, modifica a Lei de regência das operações de crédito consignado dos servidores públicos federais (Lei nº 14.509, de 27/12/2022), para, em relação à margem consignável total de 45%, tornar facultativa a reserva de 5% da margem consignável para a amortização de despesas cartão de crédito consignado e de cartão consignado de benefício.

Em sua justificação, a Deputada Maria do Rosário explica que mantém a mesma margem total consignável para os servidores federais (45% no total), mas, com a Lei nº 14.509/2022, propõe “facultar ao consumidor como ele deseja utilizá-la”, permitindo-lhe escolher “o melhor destino do desconto em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

sua remuneração”, seja para empréstimos consignados, seja para cartões de crédito consignado ou de benefícios.

O **PL nº 5.858/2023**, de autoria do Deputado Gilvan Máximo, também altera a Lei nº 14.509/2022, com o objetivo de limitar o percentual total da margem consignável dos servidores federais, mantendo, contudo, reserva de 5% da margem consignável exclusivamente para a amortização de despesas de cartão de crédito consignado e de outros 5% exclusivamente cartão consignado de benefício

Em Despacho de 30/6/2023, o PL nº 2.591/2023 e o respectivo apensado foram submetidos ao regime de tramitação ordinário e distribuídos para apreciação conclusiva das Comissões: (i) de Administração e Serviço Público; de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD); e (ii) de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD). No prazo regimental, houve a apresentação de 3 emendas:

(i) Emenda 1 (EMC 1/2023), de autoria do Deputado Jonas Donizete, acrescenta dispositivo ao PL para determinar que cada correspondente bancário deverá prestar serviços exclusivamente a uma instituição financeira;

(ii) Emenda 2 (EMC 2/2023), de autoria do Deputado Vinícius Carvalho, suprime qualquer restrição ao uso da margem para contratações de operações consignadas por servidores federais, deixando o servidor livre para escolher em qual produto utilizar a margem consignável disponível de 45%;

(iii) Emenda 3 (EMC 3/2023), de autoria do Deputado Roberto Monteiro, acrescenta dispositivo ao PL para permitir que as instituições financeiras se utilizem de ferramentas de geolocalização para certificar a autenticidade de consumidores previamente à abertura de contas por meio de celulares, à contratação de operações de crédito e à realização de outras transações financeiras.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

A Comissão de Administração e Serviços Públicos me designou como relator da matéria em 14/3/2024. Depois de analisar cuidadosamente o PL nº 2.591/2023, o PL nº 5.858/2023 e as 3 Emendas já citadas, passo a proferir meu voto para subsidiar os debates dos demais Parlamentares, observando, para tanto, os limites das competências da CASP definidas no inciso XXX do art. 32 do Regimento Interno.

II - VOTO DO RELATOR

O crédito consignado, por meio da diminuição dos riscos de inadimplência, permitiu a redução concreta das taxas de juros aos consumidores. Como linha de crédito de ágil contratação e menos onerosa do que as demais operações de crédito pessoal, o consignado contribui para a ampliação do acesso ao crédito para empregados, aposentados e pensionistas do setor privado e público, e fomenta, desse modo, o consumo e a economia.

Incorporado com sucesso aos hábitos financeiros dos brasileiros elegíveis para seu uso, as margens de consignação inicialmente previstas para esse tipo de operação foram ampliadas gradualmente: de 30%, que era a margem original; hoje, após a edição da Lei nº 14.509, de 27/12/2022, a margem consignável total alcança 45% da remuneração dos servidores federais, destinando-se 5% exclusivamente para amortização de despesas com cartão de crédito; e outros 5% exclusivamente para o denominado cartão consignado de benefício.

O PL nº 2.591/2023 decorre de excessos que poderão advir da Lei nº 14.509/2022, notadamente sua provável contribuição para o superendividamento dos servidores públicos federais, notadamente porque as taxas de juros cobradas para o financiamento do saldo devedor de fatura de cartão de crédito e de cartão de benefício são superiores¹ às taxas máximas

1 Ver: VALADARES, Marcio; NEGRÃO, Cassiano; AMORIM, Rafael; GARRIDO, Pedro; SALGADO, Lucas. O (Des)Controle das Taxas de Juros do Cartão de Crédito no Brasil. Dez.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

admitidas em empréstimos consignados tradicionais, que, na atualidade, são de no máximo 1,80% ao mês².

Além disso, com a margem consignável restrita a 5% para amortizar o saldo devedor de cartão de crédito e de cartão de benefícios, é muito provável que o valor total da fatura não seja descontado integralmente do contracheque do servidor público, ensejando a cobrança de multa e juros pelas instituições financeiras na parcela remanescente, que, provavelmente, também não será paga na sua totalidade nos meses subsequentes, ocasionando o que é denominado de “dívida eterna” de cartão de crédito³.

O PL nº 2.591/2023 conta, pois, com o nosso posicionamento favorável para sua aprovação, na certeza de que, como depreendemos do entendimento prevalente em audiência realizada pela Comissão de Administração e Serviços Públicos em 30/10/2023, o melhor caminho é, de fato, conferirmos liberdade aos servidores públicos para decidirem, conforme seu discernimento e necessidade, a melhor destinação para o desconto em sua remuneração de operações consignadas.

Em relação ao apensado PL nº 5.858/2023, de autoria do Deputado Gilvan Máximo, consideramos, após dialogar com as diversas partes interessadas, que não é aconselhável, no cenário atual, diminuirmos as margens totais de consignações, pois, se consideramos os aspectos positivos relacionados às operações de crédito consignado, tal medida representaria um retrocesso para os consumidores, sujeitando-lhes a maiores restrições de acesso a crédito e a taxas de juros mais elevadas.

A **Emenda nº 1** (EMC 1/2023), de autoria do Deputado Jonas Donizete, ao impor exclusividade do correspondente bancário a uma única instituição financeira, pode contribuir para a diminuição da competição entre as

2023. Disponível em: Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/41708>. Acesso em: 8 abr. 2024.

2 Ver: Portaria MGI nº 7.588, de 28/11/2023. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/11/2023&jornal=515&pagina=78>. Acesso em: 9 abr. 2024.

3 Ver, por exemplo: <https://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2011/07/professora-cultiva-divida-eterna-no-cartao-de-credito.html>, Acesso em: 9 abr. 2024.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

instituições financeiras, o que, a nosso entender, não contribui para a melhoria do mercado de crédito para os consumidores, motivo pelo qual não acatamos a Emenda 1 em nosso Substitutivo.

Por sua vez, a **Emenda nº 2** (EMC 2/2023), de autoria do Deputado Vinícius Carvalho, ao retirar a destinação mínima de margem para pagamento de dívidas de cartão consignado ou de benefício, aparentemente pode parecer positivo, mas vai de encontro a uma saudável competição pelas instituições financeiras que podem oferecer no percentual de 5% possibilidade de crédito mais vantajosas ao consumidor. Pois o PL na forma como foi apresentado ao possibilitar a escolha pelo consumidor, estimula que as instituições de crédito procurem oferecer o melhor produto, seja na amortização do cartão de crédito ou no cartão benefício, inclusive em relação a margem restante consignável.

Da mesma forma, a **Emenda nº 3** (EMC 3/2023), de autoria do Deputado Roberto Monteiro, também parece ser meritória, mas acreditamos que essa proposta seria melhor discutida com a propositura de outro Projeto de Lei sobre o tema, dado que alcançaria o mérito de outras matérias não pertinentes a matéria em exame. Assim, em deferência ao seu autor, por paradoxal que seja, a rejeitamos, para que possa apresentar um projeto que trate exclusivamente da geolocalização por aplicativos, dado que outros setores da sociedade necessariamente precisariam ser ouvidos para sua melhor avaliação.

O voto, em conclusão, é pela **aprovação do Projeto de Lei nº 2.591/2023** pela rejeição do apensado Projeto de Lei nº 5.858/2023 e das Emenda nº 1 (EMC 1/2023), Emendas nº 2 (EMC 2/2023) e nº 3 (EMC 3/2023), na forma do substitutivo.

Sala da Comissão, em de abril de 2024.





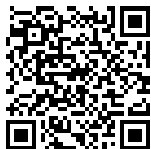
CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado REIMONT
Relator

6

Apresentação: 15/04/2024 13:00:41.533 - CASP
PRL 2 CASP => PL 2591/2023

PRL n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD242221720600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Reimont





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023

Apensado: PL nº 5.858/2023

Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício e para permitir o uso de geolocalização em operações financeiras.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício..

Art. 2º A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal.

§ 2º O saldo devedor da fatura de cartão de crédito consignado e de cartão consignado de benefício dos servidores de que trata o caput deste artigo, quando não liquidado integralmente no vencimento, deve ser financiado por meio de crédito parcelado que observe os limites máximos de prazo e taxas de juros estabelecidos em regulamento para o empréstimo pessoal consignado.” (NR)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 4º A contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha de pagamento deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito:

I - do custo efetivo total e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas e do valor remanescente de sua remuneração líquida mensal após a aplicação do desconto automático.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado REIMONT
Relator



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023

Apensado: PL nº 5.858/2023

Apresentação: 01/07/2025 15:32:00.000 - CASP
CVO 2 CASP => PL 2591/2023

CVO n.2

Altera o parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14.509 de 27 de dezembro de 2022 que “Dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências” para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

Autora: Deputada MARIA DO ROSÁRIO

Relator: Deputado REIMONT

I - RELATÓRIO

O **Projeto de Lei (PL) nº 2.591/2023**, de autoria da Deputada Maria do Rosário, modifica a Lei de regência das operações de crédito consignado dos servidores públicos federais (Lei nº 14.509, de 27/12/2022), para, em relação à margem consignável total de 45%, tornar facultativa a reserva de 5% da margem consignável para a amortização de despesas cartão de crédito consignado e de cartão consignado de benefício.



Em sua justificação, a Deputada Maria do Rosário explica que mantém a mesma margem total consignável para os servidores federais (45% no total), mas, com a Lei nº 14.509/2022, propõe “facultar ao consumidor como ele deseja utilizá-la”, permitindo-lhe escolher “o melhor destino do desconto em sua remuneração”, seja para empréstimos consignados, seja para cartões de crédito consignado ou de benefícios.

O **PL nº 5.858/2023**, de autoria do Deputado Gilvan Máximo, também altera a Lei nº 14.509/2022, com o objetivo de limitar o percentual total da margem consignável dos servidores federais, mantendo, contudo, reserva de 5% da margem consignável exclusivamente para a amortização de despesas de cartão de crédito consignado e de outros 5% exclusivamente cartão consignado de benefício.

Em Despacho de 30/6/2023, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), o PL nº 2.591/2023 e o respectivo apensado foram submetidos ao regime de tramitação ordinário e distribuídos para apreciação conclusiva das Comissões:

(i) de Administração e Serviço Público; (ii) de Finanças e Tributação (mérito e art. 54 do RICD); e (iii) de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54 do RICD). No prazo regimental, houve a apresentação de 3 emendas:

(i) Emenda 1 (EMC 1/2023), de autoria do Deputado Jonas Donizete, acrescenta dispositivo ao PL para determinar que cada correspondente bancário deverá prestar serviços exclusivamente a uma instituição financeira;

(ii) Emenda 2 (EMC 2/2023), de autoria do Deputado Vinícius Carvalho, suprime qualquer restrição ao uso da margem para contratações de operações consignadas por servidores federais, deixando o servidor livre para escolher em qual produto utilizar a margem consignável disponível de 45%;

(iii) Emenda 3 (EMC 3/2023), de autoria do Deputado Roberto Monteiro, acrescenta dispositivo ao PL para permitir que as instituições financeiras se utilizem de ferramentas de geolocalização para certificar a autenticidade de consumidores previamente à abertura de contas por meio de celulares, à contratação de operações de crédito e à realização de outras transações financeiras.

Nesta Comissão de Administração e Serviço Público, em 15/04/2024, apresentei um primeiro parecer pela aprovação deste, com substitutivo, e pela rejeição da Emenda 1/2023 da CASP, da Emenda 2/2023 da



CASP, da Emenda 3/2023 da CASP, e do PL 5858/2023, apensado. Tal parecer, contudo, não chegou a ser deliberado.

Após detida reflexão e amplo debate com os segmentos envolvidos com a temática destas Proposições, apresento, nesta oportunidade, novo parecer com complementação de voto.

É o relatório.

II - COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

O crédito consignado, por meio da diminuição dos riscos de inadimplência, permitiu a redução concreta das taxas de juros aos consumidores. Como linha de crédito de ágil contratação e menos onerosa do que as demais operações de crédito pessoal, o consignado contribui para a ampliação do acesso ao crédito para empregados, aposentados e pensionistas do setor privado e público, e fomenta, desse modo, o consumo e a economia.

Incorporado com sucesso aos hábitos financeiros dos brasileiros elegíveis para seu uso, as margens de consignação inicialmente previstas para esse tipo de operação foram ampliadas gradualmente: de 30%, que era a margem original; hoje, após a edição da Lei n° 14.509, de 27/12/2022, a margem consignável total alcança 45% da remuneração dos servidores federais, destinando-se 5% exclusivamente para amortização de despesas com cartão de crédito; e outros 5% exclusivamente para o denominado cartão consignado de benefício.

O PL n° 2.591/2023 busca mitigar eventuais excessos na modulação da margem que podem decorrer da Lei n° 14.509/2022 e que apresentam potencial para acentuar o superendividamento dos servidores públicos federais. Isso porque as taxas de juros cobradas para o financiamento do saldo devedor de fatura de cartão são superiores às taxas máximas admitidas em empréstimos consignados tradicionais.

Além disso, com a margem consignável restrita a 5% para amortizar o saldo devedor de cartão de crédito e de cartão de benefícios, é muito provável que o valor total da fatura não seja descontado integralmente do contracheque do servidor público, ensejando a cobrança de multa e juros pelas instituições financeiras na parcela remanescente, que, provavelmente, também não será paga na sua totalidade nos meses subsequentes, ocasionando o que é



denominado de “dívida eterna” de cartão de crédito.

O PL nº 2.591/2023 conta, pois, com o nosso posicionamento favorável, na certeza de que, como depreendemos do entendimento prevalente em audiência realizada pela Comissão de Administração e Serviços Públicos em 30/10/2023, o melhor caminho é, de fato, conferirmos liberdade aos servidores públicos para decidirem, conforme seu discernimento e necessidade, a melhor destinação para o desconto em sua remuneração de operações consignadas.

Em relação ao apensado PL nº 5.858/2023, de autoria do Deputado Gilvan Máximo, consideramos, após dialogar com as diversas partes interessadas, que não é aconselhável, no cenário atual, diminuir as margens totais de consignações, pois, se consideramos os aspectos positivos relacionados às operações de crédito consignado, tal medida representaria um retrocesso para os consumidores, sujeitando-lhes a maiores restrições de acesso a crédito e a taxas de juros mais elevadas.

A Emenda nº 1 (EMC 1/2023), de autoria do Deputado Jonas Donizete, ao impor exclusividade do correspondente bancário a uma única instituição financeira, pode contribuir para a diminuição da competição entre as instituições financeiras, o que, a nosso entender, não contribui para a melhoria do mercado de crédito para os consumidores, motivo pelo qual não acatamos a Emenda 1 em nosso Substitutivo.

Emenda nº 2 (EMC 2/2023), ao retirar a destinação mínima de margem para pagamento de dívidas de cartão consignado ou de benefício, enquadra-se exatamente na proposta que tecemos em nosso substitutivo e será acolhida.

Em relação à Emenda nº 3 (EMC 3/2023), de autoria do Deputado Roberto Monteiro, embora reconheçamos sua louvável motivação, verificamos que ela traz implicações jurídicas e técnicas mais abrangentes, o que demanda, a nosso ver, um debate próprio e mais aprofundado. Deixamos de acatá-la, portanto, por entendermos que a questão do uso da geolocalização na validação de operações financeiras deve ser tratada em projeto de lei específico, onde todos os setores da sociedade envolvidos possam ser ouvidos.

Em razão dessas considerações, decidimos apresentar um substitutivo que incorpora a ideia central do Projeto principal, oferecendo liberdade ampla para que o servidor público componha sua margem disponível de 45% da forma que entender mais conveniente, sem reservas pré-definidas para este ou aquele produto. Entende-se que, assim, o consignado poderá atender mais



fielmente às necessidades e à capacidade de pagamento de cada tomador e, ao mesmo tempo, gerar aumento na competição entre as instituições financeiras na oferta de crédito e redução das taxas de juros cobradas.

Nesse empenho de buscar taxas mais favoráveis, incluímos também em nosso Substitutivo disposição que incute maior simetria entre os cartões consignados e os cartões de crédito tradicionais, determinando que o saldo não liquidado da fatura do cartão no prazo de até trinta dias de seu vencimento poderá ser financiado por meio de parcelamento de crédito de forma consignada.

Por fim, para assegurar maior grau de transparência nas operações, nosso Substitutivo impõe a obrigatoriedade de os fornecedores de crédito esclarecerem o tomador acerca do custo efetivo total de sua operações e o prazo para quitação integral das obrigações assumidas, sem prejuízo, obviamente, das demais informações que, de acordo com o vigente Código de Defesa do Consumidor e regulamentações do Banco Central, já devem ser compulsoriamente fornecidas pelas instituições financeiras.

O voto, em conclusão, é pela **aprovação** do Projeto de Lei n.º 2.591/2023 e da Emenda n.º 2 (EMC 2/2023) e pela rejeição do apensado Projeto de Lei n.º 5.858/2023 e das Emendas n.º 1 (EMC 1/2023) e n.º 3 (EMC 3/2023), na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de 2025.

Deputado REIMONT

Relator



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023**

Apensado: PL nº 5.858/2023

Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício, para disciplinar o financiamento do saldo devedor das faturas desses cartões e para obrigar o esclarecimento prévio ao tomador de crédito sobre o custo efetivo total e o prazo da operação.

Art. 2º A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal.

§ 2º O saldo devedor de fatura de cartão de crédito consignado e de cartão consignado de benefício dos servidores, quando não liquidado em até trinta dias do vencimento, poderá ser financiado por meio de crédito parcelado, em caso de margem consignável



disponível.” (NR)

“Art. 4º Sem prejuízo das demais informações exigidas pela legislação aplicável, a contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha de pagamento deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito do custo efetivo total e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas.” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado REIMONT

Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Administração e Serviço Público, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.591/2023 e da Emenda nº 2/2023 apersentada nesta Comissão, com substitutivo; e pela rejeição da Emendas nºs 1/2023 e 3/2023 apresentadas nesta Comissão e do Projeto de Lei nº 5.858/2023, apensado, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Reimont, que apresentou complementação de voto.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Pastor Sargento Isidório - Presidente, Delegada Ione - Vice-Presidente, Alexandre Lindenmeyer, Alice Portugal, Bruno Farias, Cabo Gilberto Silva, Gisela Simona, Luiz Gastão, Professora Luciene Cavalcante, Reimont, Ronaldo Nogueira, Sâmia Bomfim, André Figueiredo, Denise Pessôa, Erika Kokay, Felipe Francischini, Prof. Reginaldo Veras e Waldemar Oliveira.

Sala da Comissão, em 01 de julho de 2025.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 2.591, DE 2023

Apensado: PL nº 5.858/2023

Altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, para excluir a reserva de percentual exclusivo da margem consignável para cartão de crédito consignado e para cartão consignado de benefício, para disciplinar o financiamento do saldo devedor das faturas desses cartões e para obrigar o esclarecimento prévio ao tomador de crédito sobre o custo efetivo total e o prazo da operação.

Art. 2º A Lei nº 14.509, de 27 de dezembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

§ 1º O total de consignações facultativas de que trata o caput deste artigo não excederá a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal.

§ 2º O saldo devedor de fatura de cartão de crédito consignado e de cartão consignado de benefício dos servidores, quando não liquidado em até trinta dias do vencimento, poderá ser financiado por meio de crédito





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

parcelado, em caso de margem consignável disponível.”
(NR)

“Art. 4º Sem prejuízo das demais informações exigidas pela legislação aplicável, a contratação de nova operação de crédito com desconto automático em folha de pagamento deve ser precedida do esclarecimento ao tomador de crédito do custo efetivo total e do prazo para quitação integral das obrigações assumidas.” (NR).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 1º de julho de 2025.

Deputado PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO
Presidente

